



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,**  
**CONTABILIDADE – FEAAC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANTONIA CLEIDIANE ROCHA LIMA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A**  
**POBREZA E A DESIGUALDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA NO**  
**PERÍODO 1995-2012**

**FORTALEZA**

**2014**

ANTONIA CLEIDIANE ROCHA LIMA

**ANÁLISE DO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A  
POBREZA E A DESIGUALDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA NO  
PERÍODO 1995-2012**

**Monografia apresentada ao curso  
de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel  
em Ciências Econômicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo de  
Castro Callado.**

**FORTALEZA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

- 
- L696a Lima, Antonia Cleidiane Rocha.  
Análise do impacto do crescimento sobre a pobreza e a desigualdade na economia brasileira no período 1995-2012 / Antonia Cleidiane Rocha Lima. – 2014.  
54 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2014.
- Orientação: Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado.
1. Desenvolvimento econômico. 2. Renda-Distribuição. I. Título.

ANTONIA CLEIDIANE ROCHA LIMA

**ANÁLISE DO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A  
POBREZA E A DESIGUALDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA NO  
PERÍODO 1995-2012**

**Monografia apresentada ao curso  
de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel  
em Ciências Econômicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo de  
Castro Callado.**

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Paulo Jorge de Melo Neto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Maria Rocha Lima e Elesbão Alves Lima, pelas valiosas lições que me deram e por ensinarem-me a valorizar os meus propósitos.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo apoio, incentivo e, acima de tudo, por apostarem em mim.

Ao meu amado Evilásio Ribeiro, pelo apoio, carinho, amor e compreensão.

Ao Programa PET-Economia, do Ministério da Educação, pela oportunidade de vivenciar a Universidade de forma excelente, nas atividades de pesquisa, extensão e ensino. Ao tutor do referido programa, Professor Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira, pelo zelo com que sempre tratou os bolsistas, e aos colegas que integraram o referido grupo durante o período que nele permaneci, pelo aprendizado construído através do desenvolvimento das atividades e das partilhas de conhecimento. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de ser bolsista desse programa.

Aos Professores do curso de Economia: Raul dos Santos Filho, Henrique Félix, Carlos Américo, Jair do Amaral Filho, Maria Cristina Melo, Sandra Maria dos Santos, Fábio Sobral, Marcelo Callado, Eveline Barbosa, Fabrício Linhares, Ricardo de Castro Pereira, Gil Célio Cardoso e Paulo Neto, pela capacidade de serem verdadeiros mestres.

Aos colegas de turma, em especial, aos amigos Helenir Crispim, Isadora Gonçalves, Janilson Pacífico e Mateus César, pelos valiosos acréscimos intelectuais que suas amizades me proporcionaram.

Ao colega Germano Carvalho, pelas conversas construtivas, as quais foram importantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado, meu orientador, pelo apoio, pela paciência e pelos valiosos ensinamentos que me transmitiu através da sua orientação na elaboração desse trabalho.

Aos Professores participantes da Banca examinadora, Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto e Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira, pela disponibilidade de contribuir com suas sugestões para essa monografia.

“A economia atual não é apenas uma arte de estabelecer empresas lucrativas, mas uma ciência capaz de ensinar os métodos de promover uma melhor distribuição do bem-estar coletivo.”

(Josué de Castro)

## RESUMO

Este trabalho se propôs a analisar o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza e desigualdade no período 1995 a 2012. A intenção foi fazer um paralelo entre os fenômenos de crescimento e desenvolvimento econômicos, conceitos distintos, mas, por vezes, usados como sinônimos. A concepção de desenvolvimento econômico que se utilizou está baseada em uma abordagem relacionada ao aumento dos níveis globais de distribuição de renda, aqui analisado sob a ótica da redução da pobreza bem como da desigualdade. Para representar crescimento econômico, utilizou-se a variável PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro deflacionado, já para pobreza e desigualdade, escolheu-se, respectivamente, a quantidade de domicílios pobres e o índice de gini. Através de uma análise econométrica, foi possível inferir que o crescimento econômico promoveu uma redução da pobreza e da desigualdade no período estudado, porém, o efeito foi maior para a primeira variável em questão. Sendo assim, o que se conclui é que, se a intenção das políticas públicas é reduzir pobreza e desigualdade concomitantemente, além de promover medidas que estimulem o crescimento econômico, é necessário investir também em capital humano e outras estratégias complementares.

Palavras chave: Crescimento Econômico. Pobreza. Desigualdade.

## **ABSTRACT**

This work is proposed to analyse the impact of economic growth in poverty and inequality in the period 1995 to 2012. The purpose was to make a parallel between the phenomena of economic growth and development, different concepts, but sometimes used like synonyms. The conception of economic development used was based on the approach related to increased levels of comprehensive income distribution, here considered under the perspective of poverty reduction as well as of the inequality. Economic growth was represented for the variable GDP (Gross domestic product) brasileiro, using actual prices, now on poverty and inequality, picked up respectively, the amount of poor households and the gini index. Through an econometric analysis, could infer that the economic growth promoted an reduction of poverty and inequality in the study period, but the effect was greater for first variable in question. Accordingly, if the intention of public policies is reduce poverty and inequality concurrently, beyond of promote measures to encourage economic growth, you must also invest in human capital and other additional strategies.

Keywords: Economic Growth. Poverty. Inequality.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda domiciliar <i>per capita</i> , coeficiente Gini e função de Bem-Estar: dados para o Brasil no período de 1992 a 2005 .....	17
Tabela 2 – Indicadores de pobreza FGT para as regiões brasileiras nos anos de 1995 e 2004 .....	24
Tabela 3 – Índice de Gini e renda familiar <i>per capita</i> para os anos 1995 e 2004 .....	26
Tabela 4 – Resultados empíricos considerando como variável dependente a quantidade de domicílios pobres e a variável explicativa o PIB .....	40
Tabela 5 – Tabela 5: Resultados tendo como variável dependente o Índice de Gini e a variável explicativa o PIB .....	41

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação do PIB no período 1995 a 2012 .....	36
Gráfico 2: Crescimento acumulado do PIB de 1995 a 2012 .....	37
Gráfico 3: Quantidade de domicílios pobres no período 1995 a 2012 .....	38
Gráfico 4: Índice de Gini no período 1995 a 2012 .....	39

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	REVISÃO DA LITERATURA .....	15
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE .....	28
3.1	Como definir pobreza .....	28
3.2	O que representa a desigualdade de renda .....	31
4	ANALISANDO AS RELAÇÕES EMPÍRICAS .....	35
4.1	Tipologia da pesquisa .....	35
4.2	Coleta de dados e especificação das variáveis .....	35
4.3	Comportamento das variáveis .....	36
4.4	Tratamento e Análise dos dados .....	39
4.5	Resultados da Análise Empírica .....	40
5	RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	43
5.1	O que se conclui a partir dessa investigação .....	43
5.2	A necessidade de Investimentos em Capital Humano .....	43
5.3	Políticas de redistribuição precisam de medidas complementares .....	45
5.4	A importância do Crescimento Econômico .....	47
5.5	Proposta de Continuação do estudo .....	48
	REFERÊNCIAS .....	49
	ANEXOS .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

O questionamento inicial que se faz é qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico e, por conseqüência, como a sociedade atual compreende essa distinção.

Segundo as definições oriundas da Macroeconomia, pode-se definir crescimento econômico como: aumentos na produtividade, no estoque de capital e no nível de emprego. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento está mais associado à melhoria da qualidade de vida da população, significando, assim: aumentos ininterruptos nos níveis globais de educação, saúde e distribuição de renda.

Nesse cenário, muitas vezes, o desenvolvimento é visto apenas como estratégia deliberada do estado e nada mais que isso, o que, na verdade, não é, uma vez que esse conceito está além do que é planejado e executado pelo poder público em suas ações.

As teorias que trabalham a temática de Desenvolvimento Econômico seguem diferentes linhas conceituais e metodológicas. Exemplo disso é a própria argumentação do economista Amartya Sen (2000), que defende o desenvolvimento em uma perspectiva relacionada à garantia da liberdade humana. Ou seja, as conseqüências de um estágio avançado de desenvolvimento contemplariam a satisfação das necessidades essenciais dos indivíduos, o que tornaria possível um completo usufruto da liberdade individual.

A investigação que fundamenta esse trabalho de monografia objetiva identificar se o crescimento econômico verificado no Brasil nos últimos anos proporciona um processo contínuo de desenvolvimento. Nesse caso, esta variável assumirá uma abordagem relacionada ao aumento dos níveis globais de distribuição de renda, aqui analisado sob a ótica da redução da pobreza bem como da desigualdade. Isso porque, como defendem Corrêa e Castro (2000, p.197):

A renda representa um elemento essencial no estudo do aumento da desigualdade no Brasil, pois é a partir dela que são geradas as desigualdades de oportunidades individuais e entre os grupos sociais, agravando a situação de pobreza que caracteriza historicamente o País.

Sendo assim, o que se quer saber é qual o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza e a desigualdade na Economia Brasileira no período 1995-2012 e, através disso, analisar como a relação entre crescimento e desenvolvimento se estabelece no Brasil, levando em consideração o período investigado. Isso porque um país pode contemplar um contínuo crescimento sem que isso implique em padrões mínimos de igualdade e bem-estar entre os sujeitos. Prova disso é que a concentração de renda, o aumento no número de favelas, os conflitos sociais e a criminalidade são problemas que surgiram e permanecem, apesar de um possível bom funcionamento da Economia. Isso contempla o conceito conhecido na literatura como a “opulência do crescimento”, que produz um custo social bastante alto, podendo ainda ser chamado, na Ciência Econômica, de externalidade negativa.

Em outros casos, se verifica o que a literatura chama de crescimento “pró-pobres”. Ravallion e Chen *et al.* (2003 *apud* BARRETO *et al.*, 2010) afirmam que o crescimento pode ser chamado assim se ele conseguir promover redução de pobreza.

Além disso, não se pode dizer que somente o crescimento econômico consegue reduzir disparidades de renda, uma vez que estudos anteriores já comprovaram que, em certos contextos, ele não é suficiente para melhorar esse quadro. Sendo assim, a própria definição de desenvolvimento tem que incorporar outros aspectos que não somente a melhoria dos níveis de produtividade de uma economia. Corroborar essa ideia a afirmação de Leite (2012, p. 37):

A noção de desenvolvimento econômico que contou com maior número de adeptos, nos anos de pós-guerra, era fundamentada no crescimento do produto ou renda por habitante. Dizia-se que um país ou região se desenvolvia quando apresentava, ao longo de um período de tempo, incremento do produto ou renda real *per capita*. A partir do início da década de setenta, um número crescente de economistas passou a considerar o crescimento do produto ou da renda como um indicador inadequado do desenvolvimento econômico. Dentro deste contexto, o crescimento da capacidade produtiva deve completar-se com outros elementos que possam dar relevo mais aprofundado as demais dimensões do desenvolvimento econômico.

É dentro dessa nova concepção de desenvolvimento econômico que evolui, ao longo do tempo, a Ciência Econômica, agregando propriedades até então não consideradas a fim de medir quão desenvolvida é uma nação, visando identificar pontos de estrangulamento importantes a serem alvos de políticas econômicas.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário analisar o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza e a desigualdade na Economia Brasileira no período 1995 a 2012. Para isso, é preciso:

- Identificar o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza no período estudado.
- Identificar o impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade no período estudado.

Estudos realizados por autores, como Barreto, Datt, Ravallion, Rocha, dentre grandes outros teóricos, revelam que o crescimento econômico pode promover a redução da pobreza, indicando assim a existência do fenômeno que a literatura chama de crescimento “pró-pobres”. Não só isso, mas também que, em alguns casos, o crescimento econômico, por si só, não é capaz de reduzir desigualdades de renda.

Segundo a literatura econômica, a desigualdade, bem como a pobreza, são os maiores desafios políticos, econômicos e sociais do nosso tempo. É por isso que Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 1) afirmam:

O Brasil, nas últimas décadas, confirma, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Desse modo, há que se observar o grave problema econômico e social enfrentado pela sociedade brasileira.

Callado (2011) em seus estudos conclui que, mesmo estando entre as 15 economias do mundo, o Brasil ainda se destaca, em vários estudos internacionais, como possuidor de uma das piores estruturas de distribuição de renda do mundo.

Barros *et al* (2007, p.9) também chegou a essa conclusão através de seus estudos: “No cenário internacional, o país continua ocupando posição negativa de destaque absoluto, por deter um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo.”

Dado que o Brasil é um país onde os problemas de disparidade de renda e pobreza são verificáveis, torna-se necessário o avanço de estudos que consigam mensurar o resultado do crescimento econômico na redução desses índices, a fim de suscitar questões capazes de promover um cenário nacional pautado no desenvolvimento econômico, aumentando o bem-estar e garantindo liberdades individuais, como coloca Sen (2000) em seus estudos.

A argumentação de Beddoes (2012) deixa clara a preocupação da Ciência econômica com a questão da desigualdade de renda:

Muitos economistas agora também temem que o crescimento das disparidades possa provocar efeitos colaterais nocivos. Na teoria, a desigualdade tem uma relação ambígua com a prosperidade. Ela pode estimular o crescimento, porque os mais ricos poupam e investem mais e porque as pessoas trabalham mais duro em resposta aos incentivos. Mas grandes diferenças de renda também podem ser ineficientes, pois podem barrar pessoas pobres e talentosas de ter acesso à educação ou alimentar um ressentimento que acaba por resultar em políticas populistas destruidoras do crescimento (BEDDOES, 2012, p.44).

Sendo assim, a pobreza bem como as disparidades de renda são problemas que podem promover conseqüências nefastas ao bom funcionamento das economias. Dito isso, pode-se afirmar que a existência da desigualdade, bem como da pobreza, são desafios ao bem-estar dos indivíduos, e o foco no presente estudo, consiste em saber se o crescimento econômico é capaz de impactá-los, ou seja, se é possível reduzir pobreza e disparidade de renda por meio do crescimento econômico.

Nesse sentido, é possível conferir vários estudos que discutem a tríade desigualdade, pobreza e renda. Pode-se ressaltar que, principalmente, os que enfatizam a variação da pobreza, explicada pelo crescimento econômico ou por redução da desigualdade, vêm sendo cada vez mais discutidos no meio acadêmico (MATIAS; SALVATO; BARRETO, 2010).

Sendo assim, é premente que essa discussão aconteça e, principalmente, que ela consiga orientar políticas públicas, ou seja, que ela transcenda os espaços das Universidades e consiga ganhar relevância

também nos gabinetes de gestão pública, a fim de tornar possível a contemplação de uma redução da pobreza e da desigualdade, promovendo, assim, a inauguração de um cenário favorável ao desenvolvimento econômico.

A primeira seção desse trabalho de monografia constituiu uma introdução, que tem a finalidade de esclarecer a delimitação do objeto de estudo dentro da temática proposta e apresentar os objetivos que se pretende alcançar com a elaboração do trabalho, bem como justificar a escolha do objeto que norteia a pesquisa.

Já a segunda seção, intitulada “passeio pelas teorias”, introduzirá uma pesquisa bibliográfica, a qual visa consultar e apresentar a literatura sobre a temática, no sentido de identificar as pesquisas já realizadas e as conclusões verificadas na área do objeto de pesquisa. Somente a partir desse ponto de partida é que o trabalho poderá ter uma boa justificativa teórica.

A terceira seção recebeu o título de “Considerações sobre pobreza e desigualdade” e se divide em três subseções:

1. Como definir e medir pobreza;
2. O que representa a desigualdade de renda;
3. Analisando os dados da América Latina.

A quarta objetiva analisar os dados empíricos. Sendo assim, contará com a tipologia da pesquisa, a descrição do procedimento de coleta dos dados e também o tratamento e análise dos dados. Deste modo, também pretende explorar a análise econométrica necessária à formulação dos resultados da pesquisa.

A seção cinco reúne os resultados dos procedimentos realizados e a análise dos dados secundários, bem como apresentará as conclusões do trabalho, as quais resultam de toda a discussão realizada e da pesquisa como um todo.

E, finalmente, a seção 6 constará de proposições, ou seja, com base na literatura, a autora revisará algumas medidas em vigor, bem como proporá políticas públicas no sentido de reduzir pobreza e desigualdade. Além disso, proporá também um novo estudo, a fim de dar continuidade à investigação do objeto norteador da pesquisa.



## 2 REVISÃO DA LITERATURA

A literatura revela que existem diversas maneiras de analisar os níveis de desenvolvimento econômico de nações. Dentre os parâmetros utilizados, é válido citar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Muitos autores fazem referência a essa medida como eficaz para mensurar quão desenvolvida é uma sociedade.

Marinho, Soares e Benegas (2004, p.) afirmam que:

Desde o início dos anos 90, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem divulgando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma medida que permita comparar o padrão de vida das nações ou regiões. Este índice se baseia em três critérios: na renda per capita, como critério de eficiência produtiva e, como critérios de justiça social, a educação (taxa de matrícula e alfabetização) e a longevidade. No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2003, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) faz uma advertência sobre o ritmo de diminuição da pobreza no Brasil. Se o ritmo de redução da pobreza não for acelerado, não será atingida a meta de, até 2015, reduzir para 4,95% da população o número de pessoas vivendo com renda inferior a 1 US\$/dia.

Sendo assim, o ritmo de redução da pobreza no Brasil precisa ser acelerado para se atingir a meta estabelecida pelo país junto ao PNUD.

A obra de Simon Kuznets que data de 1955, seu artigo seminal, foi resultado de um profundo estudo, tendo como base dados empíricos de um grupo de três países: Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. O que ele conseguiu inferir a partir dessa pesquisa foi que, no decorrer do processo de desenvolvimento econômico e modernização das economias, haveria a verificação de tendências, respectivamente, centralizadora e descentralizadora de renda. Isso seria justificável pelas seguintes questões colocadas a seguir. Havia dois setores: o rural e o urbano. O primeiro atuando em setores tradicionais e menos produtivos que os dinâmicos setores urbano-industriais. O processo de Industrialização forçaria uma intensa migração de populações do campo para a cidade, o que acabaria por gerar sérias desigualdades de renda entre esses indivíduos. O que se pode defender é que, quando da homogeneização da produtividade entre os trabalhadores, seria possível observar a redução dessas disparidades de renda, enquanto a economia continuava a crescer.

A hipótese Kuznets preconiza que, no processo de desenvolvimento econômico dos países, a desigualdade de renda é gerada por consequência do processo de crescimento econômico, a primeiro momento, e, em um momento posterior, haveria uma redução dessa desigualdade. Dessa forma, haveria uma relação de “U invertido” entre as variáveis renda e desigualdade.

Ratifica essa ideia Figueiredo, Silva Junior e Jacinto no trecho seguinte:

A hipótese da relação não-linear entre os níveis de desigualdade de renda e crescimento econômico postulada por Kuznets (1955) tem sido objeto de intenso debate na literatura especializada. Essa não-linearidade é descrita a partir de uma curva na forma de um U invertido, indicando que, inicialmente, o padrão de desigualdade no curto prazo aumenta com o crescimento econômico e, no longo prazo, decresce a partir de um turning point. (FIGUEIREDO; SILVA JÚNIOR; JACINTO, 2011, p. 150).

Já em outra pesquisa, de acordo com Neri (2006), o PIB *per capita* brasileiro não se distancia muito da média mundial, porém o país possui um alto nível persistente de desigualdade, o que consegue torná-lo um caso emblemático internacionalmente. Ou seja, há crescimento econômico, mas nem sempre isso implica em maiores níveis de desenvolvimento econômico, com a concomitante redução da pobreza e disparidades de renda.

Para inferir que a desigualdade de renda está entre as maiores do mundo, Neri (2006) observou a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini. Esse parâmetro varia de zero a um e quanto maior for o resultado, mais desigual é uma sociedade. Isso porque, num cenário utópico, no qual a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. Do contrário, se apenas um indivíduo concentrasse toda a renda de uma sociedade, ou seja, todas as demais pessoas possuíssem renda zero, o índice de Gini seria um. A partir da referida observação é que ele conclui que o Brasil está mais próximo da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Neri (2006) realizou seus estudos sobre crescimento, pobreza e desigualdade para o Brasil, utilizando como metodologia a observação dos microdados de renda domiciliar *per capita* da PNAD para os anos de 1992 a 2005 e considerando valores constantes de 2005, ou seja, os valores foram deflacionados a preços de 2005. A partir disso, encontrou resultados favoráveis a uma expressiva elevação da renda média da população, isso acompanhado,

primeiramente, de concentração e, logo após, de progressiva redução de desigualdade, o que ele intitula “dança distributiva”.

Neri (2006, p. 4) ressalta que o foco das políticas deve ser a melhoria do nível de bem-estar social e que para isso é preciso ter crescimento e estabilidade econômica:

Vale frisar que o objetivo final de políticas públicas não seria a redução da desigualdade em si, mas a melhoria do nível de bem-estar social que, objetiva e subjetivamente, depende dela, do crescimento e de outro valor subjetivo: a estabilidade econômica.

Tomando como parâmetro de desigualdade o índice de Gini, a análise acrescentou também uma função de bem-estar social apresentada por Amartya Sen. Essa consiste na multiplicação da renda média por uma medida de equidade, que é obtida pela operação 1 menos o índice de Gini, ou seja,  $(1 - \text{Gini})$ . Nesse caso, “a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível médio da renda equitativamente distribuída.” (NERI, 2006, p.12).

Os resultados encontrados para as variáveis mencionadas seguem na tabela abaixo.

Tabela 1 – Renda domiciliar *per capita*, coeficiente Gini e função de Bem-Estar: dados para o Brasil no período de 1992 a 2005.

	Renda	Gini	Bem Estar
<b>1992</b>	320.05	0.583	133.39
<b>1993</b>	337.15	0.607	132.57
<b>1994</b>	-	-	-
<b>1995</b>	420.66	0.599	168.53
<b>1996</b>	427.34	0.602	170.13
<b>1997</b>	430.83	0.600	172.15
<b>1998</b>	437.70	0.600	175.04
<b>1999</b>	412.92	0.594	167.79
<b>2000</b>	-	-	-
<b>2001</b>	421.05	0.596	170.24
<b>2002</b>	422.30	0.589	173.76
<b>2003</b>	397.76	0.583	165.92
<b>2004</b>	410.23	0.572	175.69
<b>2005</b>	437.44	0.568	188.96

Fonte: CPS/FGV, elaborada a partir dos microdados da Pnad/IBGE.

Adaptações feitas pela autora.

Pelo exposto, pode-se dizer que, quanto maior a renda *per capita* e menor o índice que representa desigualdade, maiores serão os valores que conferem bem-estar, ou seja, para que uma sociedade alcance maiores níveis de bem-estar, é preciso diminuir os níveis de pobreza, aumentando renda, e reduzir desigualdade de renda.

Os valores achados explicam que houve um crescimento contínuo da renda média e da medida sintética de bem-estar de Sen. Paralelo a isso, apesar de no período que se inicia em 1993 e se estende aos anos subsequentes ter havido uma piora na medida de desigualdade, é notório a sua contínua redução a partir de 2001, e isso mesmo após a recessão de 2003, prolongando-se nos dois anos que se sucedem.

Também é ressaltada a importância do Plano Real para a melhoria do cenário macroeconômico do período estudado. Com isso, o ganho mais expressivo causado pelo plano não foi a redução da desigualdade, mas o aumento da estabilidade de renda das pessoas. Não só isso, mas também propiciou o *boom* de um crescimento pós-estabilização, permitindo a melhora da realização de políticas distributivas.

Como conclusão, Neri (2006) coloca como importante, para mudar o cenário brasileiro, ações efetivas contra a miséria. Vejamos:

A alta desigualdade de renda talvez seja a nossa principal chaga e, ao mesmo tempo, essa mesma desigualdade abre espaço para a implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida por meio de transferências de renda. (NERI, 2006, p.14).

É válido também considerar que estudos recentes na área de desenvolvimento econômico revelam que uma sociedade obter níveis significativos de crescimento é essencial para a redução de pobreza, mas esse último fenômeno não causa, em curto prazo, efeito sobre a desigualdade de renda.

Marinho, Linhares e Campelo (2011) confirmam essa ideia no seguinte trecho:

Para Gafar (1998), o crescimento é uma condição necessária para reduzir a pobreza, ao aumentar as oportunidades de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Mas não é condição suficiente e, se o padrão de crescimento for urbano viesado, capital intensivo e concentrador do emprego nos postos qualificados, a pobreza pode até crescer mesmo com o aumento do produto interno bruto (PIB) per capita. (GAFAR, 1998, p.273 *apud* MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Apesar da grande importância do Crescimento Econômico, o capital humano também deve ter um destaque no sentido de explicar a existência dos problemas de pobreza e desigualdade, necessitando, por isso, ser alvo de políticas públicas.

Campos e Campos (2008, p.6) defendem que o problema da pobreza também perpassa pela questão do acesso à educação:

A pobreza é um problema complexo que não se pode reduzir a uma só dimensão. A pobreza pode ser representada como a falta de renda suficiente para cobrir as necessidades mínimas de uma família, porém a pobreza também se associa com uma educação deficiente, más condições de moradia, falta de acesso a serviços básicos como água potável e saneamento básico, ou falta de acesso a serviços de saúde.

Corrêa e Castro (2000, p.203) também defendem que a desigualdade também é resultado de problemas de cunho educacional:

Embora a desigualdade associada à educação seja considerada como decorrência de outros fatores geradores de desigualdade, como a renda e o desenvolvimento econômico regional, a educação tem uma função relevante no aumento da desigualdade, na sua reprodução e perpetuação.

Para Matias, Salvato e Barreto (2010), o Brasil está em destaque no cenário mundial como um país que possui um grande número de pessoas pobres, contudo não o são se nos detivermos a analisar o nível médio de renda *per capita*. Não só isso, mas se pode afirmar que, dada a existência de um alto nível de desigualdade, há ainda muitas pessoas abaixo da linha de pobreza. “O Brasil, apesar de dispor de um enorme contingente de pessoas abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre” (BARROS;

HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.25 *apud* MATIAS; SALVATO; BARRETO, 2010, p. 4).

É nesse campo científico que esse trabalho pretende trabalhar, considerando que o Brasil, em termos de renda, não pode ser considerado pobre, logo, a população brasileira precisaria estar usufruindo significativamente desse crescimento econômico que se verifica nos últimos anos.

Corrêa e Castro (2000) também investigaram a temática, tentando remontar e associar à colonização brasileira o atraso econômico e social vivido pelo Brasil. De acordo com estes autores, as desigualdades na renda e no desenvolvimento territorial permaneceram no Brasil desde sua ocupação, uma vez que o relativo mau desempenho econômico e social foi deixado como herança de uma colonização sem objetivos de promoção do desenvolvimento das terras brasileiras.

Dessa maneira, afirmam que mesmo com o Brasil sendo classificado como uma das grandes economias do mundo, o rendimento médio por pessoa é somente razoável e ainda muito fortemente influenciado pelas disparidades da renda. Prova disso é que apresenta valores absurdamente altos para os índices que aferem desigualdade. É o caso do índice de Gini, o qual se mantém elevado quando comparado a nações desenvolvidas.

Diante disso, o questionamento que se faz é qual o papel do crescimento econômico na redução da pobreza e desigualdade no caso brasileiro.

A questão que se coloca a partir das reflexões a cerca de pobreza e desigualdade de renda é qual a estratégia e as políticas econômicas capazes de impactar essas variáveis e qual seria a prioridade de tais planos: reduzir pobreza ou desigualdade ou os dois simultaneamente e ainda quais medidas seriam eficientes para o caso do Brasil e como o crescimento econômico contribui para essa mudança.

Barreto (2005), seguindo a mesma linha teórica e partindo de uma visão simples da questão, definiu crescimento “pró-pobres” ressaltando o foco na relação entre pobreza e crescimento (BARRETO, 2005, p. 6):

O Crescimento pró-pobre é analisado sob vários aspectos propostos por diferentes autores, quais sejam a verificação de alta sensibilidade da pobreza relativa ao crescimento da renda, de um efeito de crescimento da renda média (na qual os pobres são beneficiados) ou um crescimento da renda dos pobres mais que proporcionalmente à renda dos não-pobres.

Acompanhando essa discussão, segundo Barreto (2005), em países mais pobres, pode-se observar que o crescimento econômico é mais significativo para reduzir pobreza. Porém, se os países são ricos e desiguais, seria viável e eficiente a adoção de políticas de estímulo ao crescimento econômico paralelas às que estimulem a redução de desigualdades.

Tal argumento é reforçado por Barreto (2005, p. 8) no seguinte exposto:

Em países com baixa renda e baixa desigualdade, a estratégia adequada para reduzir a pobreza é estimular o crescimento, enquanto que países mais ricos e mais desiguais, as medidas corretas deveriam combinar crescimento com políticas que possam reduzir a desigualdade.

O que se pode compreender é que se faz necessário mensurar o quão importante é o crescimento para reduzir pobreza e desigualdade no Brasil. Em outras palavras, saber se há uma relação positiva entre crescimento e desenvolvimento econômicos, a fim suscitar à Ciência conclusões empíricas que forneçam um aparato teórico capaz de embasar o planejamento de políticas públicas, promovendo redução de pobreza e disparidades de renda e, por conseqüência, propiciando o desenvolvimento econômico.

Marinho, Soares e Benegas (2004) também realizaram investigações tendo como objeto de pesquisa a tríade crescimento, pobreza e desigualdade e o que eles concluíram foi que o crescimento econômico, por vezes, pode não reduzir pobreza, dado o problema de distribuição de renda. Analisando o caso brasileiro, encontraram que o impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza é bem menor que em países com níveis de renda semelhantes.

Os autores supracitados também teceram considerações sobre bem-estar, elencando como variáveis determinantes a eficiência e a justiça social. A primeira estaria relacionada ao ambiente institucional e aos fatores técnicos que possibilitariam a produção de riquezas, dessa forma o processo

tecnológico, bem como a produtividade dos fatores determinariam a capacidade produtiva. Já a segunda diz respeito à capacidade de proporcionar bem-estar à sociedade, de acordo com a distribuição da renda.

Segundo esse raciocínio, países que fossem capazes de obter bons níveis de produção, mas que não conseguissem ser igualmente bons na distribuição das riquezas geradas, não poderiam ser considerados eficientes na produção de bem-estar. O contrário igualmente produziria um quadro de ineficiência.

Callado (2011) defende que as concepções de renda relativa, a qual é medida a partir do Coeficiente de Gini, e renda absoluta, que é medida pelo conceito de pobreza, conferem para a função de bem-estar um embate entre as noções de eficiência e equidade. A função de bem-estar social é tanto mais eficiente quanto menor for o percentual de pobreza de uma sociedade. Por sua vez, mais equitativa será a função de bem-estar social quanto menor for o coeficiente de Gini.

Para Ramos e Mendonça (2005), uma função de bem-estar precisa satisfazer as seguintes características:

1. A renda tem de ser distribuída de forma que a desigualdade de renda final não seja maior que a da desigualdade da dotação inicial;
2. A renda absoluta final não pode ser menor que a renda absoluta inicial para nenhum indivíduo;
3. A renda no tempo final precisa ser dividida de forma que a variação da renda acumulada, a partir da pessoa mais pobre em direção à mais rica, seja sempre maior ou igual a zero. (RAMOS; MENDONÇA, 2005 *apud* CALLADO, 2011).

Sendo assim, haveria um conflito entre “eficiência”, que se expressa através do aumento da “renda absoluta” e menor quantidade de pessoas pobres, e “equidade”, verificada por meio da diminuição da “renda relativa” e do Coeficiente de Gini, quando a função de bem-estar apresenta uma queda ou um aumento concomitante tanto da renda absoluta quanto da renda relativa.

Dessa forma, se a economia crescer bastante, retirando uma parcela considerável da população da linha da pobreza, é provável que o crescimento da renda dos mais pobres não tenha acompanhado a velocidade do



crescimento da renda dos mais ricos, o que faria com que aumentasse a renda relativa, não satisfazendo, portanto as condições 1 e 3 exigidas nos tópicos da função de bem-estar anteriormente citada. Nesse exemplo se pode dizer que, em prejuízo à equidade, preferiu-se a eficiência econômica.

Em casos de estagnação econômica, políticas de renda focalizadas conseguem transferir recursos para os mais pobres, contemplando as exigências 1 e 3, contudo desrespeitando a condição 2, uma vez que as pessoas mais ricas estariam passando por uma redução em sua renda absoluta.

Assim, Callado (2011) pôde concluir que:

Para que as três condições sejam atendidas, portanto, é necessário que o ambiente macroeconômico conte com uma taxa de crescimento bastante vigoroso do produto, além da distribuição desse crescimento ser feita de forma milimétrica, com cada classe social mais baixa tendo um aumento de Renda maior que sua classe imediatamente acima e menor que a sua classe imediatamente abaixo. (CALLADO, 2011, p.359).

Castelar, Tabosa e Diniz, ao falarem sobre a relação entre crescimento econômico e pobreza, com base na obra de Rocha (2006), afirmam que o crescimento da renda sem uma redução da desigualdade correspondente implica em transferir para o futuro a eliminação da pobreza no país.

Alguns pesquisadores realizaram estudos na tentativa de descobrir o impacto do crescimento sobre a renda dos pobres, porém considerando uma análise regional, ou seja, a questão desses estudos também é ressaltar que os retornos do crescimento sobre a melhoria dos indicadores de bem-estar também podem variar entre as regiões do Brasil.

Foi dessa maneira que Manso, Barreto e Tebaldi (2006) procederam em seus estudos. Utilizando dados da PNAD, no intervalo de tempo que vai de 1995 a 2004, isso porque o período contemplava uma baixa e controlada taxa de inflação, objetivaram saber se o crescimento era pró-pobre nos estados brasileiros e ressaltaram a importância dessas investigações em ambientes com profundas desigualdades de renda, como é o caso do Brasil. A seguir, é possível observar uma explicitação da dinâmica da pesquisa:

O presente estudo examina a dinâmica do crescimento econômico e seus impactos no grupo de indivíduos considerados pobres nas diversas regiões do país e, mais especificamente, nos Estados do Nordeste brasileiro. Ele contribui para a literatura, ao discutir os efeitos do crescimento sobre os diferentes grupos sociais, servindo também na orientação do debate sobre formulação de políticas de redução do desequilíbrio regional que tenham por meta, além da promoção do crescimento econômico, a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos de renda mais baixa. (MANSO; BARRETO; TEBALDI, 2006, p.308).

Quanto ao comportamento dos indicadores de pobreza FGT ( $\alpha$ ), para  $\alpha = 0, 1$  e  $2$ , construídos por Foster, Greer e Thorbeck (1984 *apud* BARRETO, 2010) e conhecidos na literatura como FGT, foram encontrados os seguintes valores para o período que compõe a amostra:

Tabela 2 – Indicadores de pobreza FGT para as regiões brasileiras nos anos de 1995 e 2004.

Indicadores Regiões	Proporção de Pobres P(0)			Hiato de Pobreza P(1)			Hiato ao Quadrado P(2)		
	1995	2004	%	1995	2004	%	1995	2004	%
NORDESTE	66.1	62.3	-5.7	36.1	32.4	-10.2	24.2	21.3	-11.8
Alagoas	66.8	68.9	3.2	35.3	37.6	6.6	22.8	25.6	12.2
Bahia	67.1	60.7	-9.5	36.0	30.6	-15.2	23.9	19.7	-17.8
Ceará	65.9	61.7	-6.4	36.0	31.0	-13.9	24.4	19.9	-18.5
Maranhão	73.6	67.8	-8.0	43.9	38.3	-12.7	30.9	26.8	-13.4
Paraíba	62.6	61.6	-1.7	33.3	31.8	-4.6	22.2	20.4	-7.8
Pernambuco	64.5	62.4	-3.2	32.8	33.7	2.6	21.2	22.5	6.47
Piauí	71.8	64.7	-9.7	41.8	34.1	-18.5	29.6	22.6	-23.7
Rio Grande do Norte	60.7	57.0	-6.1	31.1	28.7	-7.7	19.9	18.9	-4.8
Sergipe	64.6	52.6	18.6	34.0	24.5	-27.9	22.4	14.8	-34.0
NORTE	50.4	53.2	5.5	24.4	25.4	3.9	15.6	15.9	2.4
CENTRO- OESTE	33.7	27.2	19.2	14.5	10.7	-26.4	8.8	6.4	-26.9
SUDESTE	27.1	26.8	-1.3	12.0	11.7	-7.9	7.5	6.8	-10.0
SUL	32.1	24.7	23.1	14.3	10.1	-29.5	8.7	5.9	-31.7
BRASIL	40.9	38.4	-6.1	20.2	17.9	-11.2	13.0	11.4	-12.9

**Fonte:** Calculado pelos autores usando-se os dados da PNAD/IBGE

**Nota 1:** Os estados da região Norte, exceto Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1995 e 2003. Em 2004, a área rural destes estados passou a integrar a PNAD.

**Nota 2:** Adaptações feitas pela autora.

O trabalho realizado por Manso, Barreto e Tebaldi (2006) confirma que o que se pôde afirmar a partir da análise dos resultados encontrados é que o nordeste possuía um dos maiores índices de pobreza se comparado às outras regiões brasileiras. Apesar de ter havido uma queda na magnitude da pobreza, essa é menor que a verificada nas regiões Centro-Oeste e Sul do país.

Considerando a região nordeste como foco, Maranhão e Piauí constaram dos piores indicadores, apesar de terem contemplado acentuadas quedas. Enquanto isso, Sergipe obteve as maiores reduções nas medidas de pobreza, e Alagoas apresentou piora em todos os indicadores. Paralelo a isso, Pernambuco observou aumento nos índices que expressam a intensidade da pobreza.

Já com relação à desigualdade, ela é representada pelo comportamento das variáveis índice de Gini e renda familiar *per capita* para as regiões do Brasil. Os autores consideram que essas variáveis estejam totalmente correlacionadas com os níveis de pobreza e sobretudo com níveis de bem-estar, daí a importância de inseri-las no estudo em questão.

O que se apresenta dos dados obtidos é que a região sudeste tinha a maior concentração de renda das regiões do Brasil quando do início do período analisado, no caso, 1995. Apesar disso, em 2004, contemplou-se uma expressiva redução dessa acentuada desigualdade de renda.

A região sul, mesmo sendo a que tem os menores índices de desigualdade, também pôde observar considerável queda.

No que diz respeito às regiões Centro-Oeste e Nordeste, elas apresentaram uma redução de desigualdade muito ínfima, permanecendo praticamente estável. Considerando o nordeste, o índice que representa desigualdade se movimentou em sentido oposto, isso porque enquanto Alagoas, Ceará e Bahia conseguiram a redução de seus níveis de desigualdade, Maranhão, Pernambuco e Piauí tiveram aumentos significativos.

Ao voltar os olhos para a renda familiar *per capita*, nota-se que mesmo com o Nordeste apresentando uma variação positiva de 6,12%, o valor é apenas metade da renda familiar observada nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste. Além disso, essas duas últimas citadas regiões observaram um crescimento expressivo, de 7,64% e 12,68%, respectivamente. Já a região Norte obteve uma retração bastante forte de quase 16%.

Os valores encontrados por Manso, Barreto e Tebaldi (2006) seguem abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Índice de Gini e renda familiar *per capita* para os anos 1995 e 2004.

Regiões	Índice de Gini			Renda Familiar <i>per capita</i>		
	1995	2004	Δ%	1995	2004	Δ%
NORDESTE	56,49	56.04	-0.79	208.14	220.88	6.12
Alagoas	65.01	58.99	-9.26	238.78	180.26	-24.51
Bahia	54.84	52.54	-4.20	209.50	218.52	4.31
Ceará	56.20	53.95	-4.00	208.14	213.64	2.64
Maranhão	59.38	62.35	5.00	150.05	193.31	28.83
Paraíba	62.44	60.85	-2.55	235.33	235.20	-0.05
Pernambuco	53.38	57.75	8.17	226.93	243.21	7.18
Piauí	59.82	60.50	1.13	159.43	208.77	30.95
Rio Grande do Norte	60.77	58.50	-3.74	244.01	245.09	0.44
Sergipe	59.44	56.42	-5.08	215.09	272.68	26.77
NORTE	57.39	54.14	-5.67	312.39	262.47	-15.98
CENTRO-OESTE	56.86	56.16	-1.24	393.50	443.40	12.68
SUDESTE	59.17	55.85	-5.60	508.80	471.85	-7.26
SUL	53.26	50.61	-4.99	446.33	480.42	7.64
BRASIL	60.87	59.22	-2.72	393.72	384.34	-2.38

**Fonte:** Calculado pelos autores, usando-se os dados da PNAD/IBGE

**Nota:** Os estados da região Norte, exceto Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1995 e 2003. Em 2004, a área rural destes estados passou a integrar a PNAD.

**Nota <sup>2</sup>:** Adaptações feitas pela autora.

Partindo da discussão sobre as fontes de crescimento “pró-pobres”, considerada no trabalho acima citado, pode-se considerar que:

Quanto ao índice de proporção de pobres, P(0), as regiões Sul e Centro Oeste obtiveram reduções consideráveis desse indicador, nos valores de 23,12% e 19,23%, respectivamente. O sudeste mostrou uma pequena redução, enquanto na região Norte o número de pobres aumentou. O nordeste também contemplou uma redução, mas sendo menor que o índice nacional, o qual é 6,08%. Nesse sentido, Manso, Barreto e Tebaldi (2006, p.317) afirmam: “Constata-se também que em todas as regiões o componente crescimento da renda tem sido a principal fonte de redução da pobreza.”

Considerando que a medida Hiato de pobreza P(1) é mais complexa que a Proporção de pobres, já que considera o nível e a intensidade da pobreza, o trabalho conclui que a pobreza teve uma queda mais intensa quando se compara à proporção de pobres. Sem contar que a redução observada foi mais significativa proporcionalmente no Sudeste e no Nordeste que nas outras regiões, o que pode revelar que essas regiões arranjam maior capacidade relativa de contemplar os indivíduos cujas rendas estão mais longes de suas

respectivas linhas de pobreza. “Com exceção da região Sudeste, verifica-se que o componente crescimento é a principal fonte de redução da pobreza no país, com destaque para o crescimento da renda média.” (Manso; Barreto; Tebaldi, 2006, p.319).

Finalmente, sobre o Hiato de Pobreza ao quadrado,  $P(2)$ , que consegue reforçar a diferença entre a renda média das pessoas pobres e a linha de pobreza, tem-se que o Nordeste brasileiro obteve uma redução na proporção de indivíduos mais pobres, mas não na mesma intensidade que as regiões Sul e Centro-Oeste.

Já o sudeste conseguiu apresentar a maior redução relativa, o que expressa que, se comparado às outras regiões, têm dado maior assistência às pessoas mais carentes. A região norte, mesmo tendo verificado um aumento no número de pobres, isso ocorreu com menos intensidade, dada uma comparação com os outros índices.

Portanto, em poder desse referencial teórico e empírico sobre a temática que norteia a pesquisa proposta através desse trabalho de monografia, é possível embasar o estudo em questão, no sentido de indicar fonte de dados, metodologia e conclusões. Além disso, torna esse relatório capaz de apontar propostas no sentido de dar uma contribuição à literatura já existente.

### 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE

#### 3.1 Como definir e medir pobreza

O conceito de pobreza já não é algo estável e que compreende consensos entre os estudiosos, mas um fenômeno que, cada vez mais, ganha especificidade singulares. Apesar da noção de pobreza associada exclusivamente à indisponibilidade de renda suficiente à manutenção de níveis mínimos de sobrevivência, enfatizam-se aspectos, como garantia de acesso aos serviços públicos, moradia, educação, saneamento básico e uso de água tratada. Corroborar essa ideia a argumentação de Kageyama e Hoffmann (2006):

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A identificação dos pobres, segundo a definição adotada, e a medida agregada da extensão da pobreza numa sociedade têm constituído um campo de pesquisa tão amplo quanto antigo. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p.2).

É nessa linha teórica mais complexa que Cavalcante (2003) alega que, ao investigar a problemática da pobreza, não se pode entendê-la simplesmente como funcionamentos realizados em uma perspectiva de vantagem individual, mas como capacidades correspondentes para tornar possíveis esses funcionamentos. Por isso é que se torna importante distinguir a liberdade e recursos, não esquecendo que estes são essenciais para a liberdade e que a renda é culminante no combate à pobreza.

Cavalcante (2003, p.27), embasado em estudos sobre a temática, conclui:

Portanto, a falta e inadequação de capacidades e funcionamentos dos indivíduos, e a restrição da liberdade substantiva das pessoas para realizar condicionam a uma vida empobrecida, e ver que o aspecto da baixa renda é somente uma estrela no universo dos problemas da privação humana.

Apesar das incorporações de diversas variáveis aos estudos de pobreza, nesse trabalho, nos limitaremos a considerá-la como um fator de incapacidade de satisfação dos requisitos básicos à vida humana. Ou seja, aqui o foco será na variável renda domiciliar *per capita*.

Manso, Barreto e Tebaldi (2006) dizem que “Para o cálculo deste indicador é necessário dividir o total de rendimentos da família pelo número de indivíduos pertencentes a esta, o que determina o conceito de renda familiar *per capita*”. (MANSO; BARRETO; TEBALTI, 2006, p.311).

Barros *et al* também recorreu ao uso da renda domiciliar per capita em estudos sobre pobreza e desigualdade:

Sabemos que, em geral, a necessidade de renda não cresce linearmente com o tamanho da família, e que idosos, adultos e crianças precisam de volumes distintos de recursos para viver. Como não há informações sobre a importância dos ganhos de escala, e tampouco sobre as necessidades específicas de cada faixa etária, tal como na vasta maioria da literatura sobre distribuição de renda no Brasil optamos também, neste trabalho, por analisar a renda familiar *per capita*, embora conscientes da simplificação que ela implica. (BARROS *et al*, 2007, p.19).

Nesse sentido, serão considerados indivíduos pobres aqueles que vivem em famílias que não obtêm rendimentos superiores a um determinado valor, o qual é conhecido como linha de pobreza. Campos e Campos (2008) defendem o uso da renda domiciliar per capita como indicador social para se conhecer a condição de vida de uma população. O seu cálculo se baseia na renda familiar por pessoa, que considera diversas fontes de renda e variações do número de filhos e agregados familiares. Ainda assim, destacam o cuidado na análise desse indicador, já que a concentração de renda pode camuflar a pobreza, uma vez que camadas da população apresentam renda muito alta e superior à média. Entretanto, reconhece que em casos de renda *per capita* baixa, se pode acreditar na existência de populações pobres.

Vinhais e Souza (2006, p. 2) alegam que é preciso utilizar uma linha de pobreza para determinar quem é pobre e quem não o é:

Numa primeira aproximação a pobreza pode ser entendida como *insuficiência de renda* para alcançar um nível mínimo de padrão de consumo previamente estabelecido pelo analista. A definição clara de uma linha de pobreza é o primeiro passo para se determinar o nível de pobreza de um país ou região, permitir comparações entre países ou ao longo do tempo, bem como servir de critério de avaliação de programas sociais.

Kageyama e Hoffmann (2006) destacam que, apesar das discussões de como operacionalizar melhor a definição de pobreza nas pesquisas empíricas, a maneira mais simples e comum entre os estudiosos é estabelecer um nível

de renda (linha de pobreza) que permita dizer que as pessoas que se encontrem abaixo disso são pobres.

Segundo Beccaria *et al.* (1997 *apud* SCHWARTZMAN 2006) há duas principais formas de estabelecer as linhas de pobreza. Há a que se denomina pobreza relativa, ou seja, a renda da parcela da população que está muito abaixo da renda média de determinado país e que a sociedade julga como satisfatória. Além dessa, também há aquela que é conhecida na literatura como a pobreza absoluta, que se refere à renda que é inferior ao imprescindível para permitir o consumo de bens considerados essenciais à manutenção da vida das pessoas. Dessa forma, o Banco Mundial, por vezes, usa como critério para estabelecer uma linha de pobreza “um dólar por dia” em poder de compra. No Brasil, é predominante o uso das medidas absolutas e há diversos cálculos de linhas de pobreza a partir de uma cesta básica alimentar que supra as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Os referidos cálculos são diferentes entre as regiões, os estados e as áreas urbana, rural e metropolitana, e estão sujeitos a uma série de suposições e estimativas sobre custos e padrões de consumo das diversas populações consideradas.

Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 2) também compartilham da referida demarcação de linha de pobreza no seguinte trecho:

Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Callado (2011, p. 358) contribui para a literatura, esclarecendo como considerou a variável pobreza em seus estudos sobre pobreza e desigualdade de renda:

O conceito de pobreza feito por uma demarcação de uma linha de bem-estar mínimo abaixo da qual os indivíduos serão considerados pobres. Pobreza diz respeito a uma noção absoluta de renda, enquanto que o Coeficiente de Gini procurará demarcar a noção relativa de renda.

Dentro dessa abordagem, o aspecto da renda figura-se como determinante quando se analisa pobreza e desigualdade. Segundo Matias, Salvato e Barreto (2010, p. 6):



Neste sentido, as variações ocorridas na proporção de pobres irão depender das variações do nível de renda e de variações em sua distribuição, ou ainda, do crescimento da renda e das variações no nível de desigualdade. Daí a questão: o quão sensível são as variações dos índices de pobreza em relação ao crescimento da renda *per capita*?

Nas investigações empreendidas por Vinhais e Souza (2006), tais autores concluíram que, normalmente, alguns estudiosos usam a linha de pobreza absoluta, outros a relativa, a fim de mensurar a pobreza. No entanto, buscando eficiência nas formas de se avaliar pobreza, acabam por construir uma linha de pobreza híbrida para o Brasil.

Enquanto a linha de pobreza absoluta toma por base um valor constante em termos reais ligado a um critério fixo, como um valor mínimo para adquirir uma determinada cesta capaz de suprir as necessidades fisiológicas de um indivíduo, por exemplo, a linha de pobreza relativa refere-se a algum valor fixado tomando por relação a renda média ou mediana da população. Ainda há a chamada linha de pobreza híbrida, que tenta fazer uma junção das metodologias anteriores, estabelecendo uma ponderação entre as duas linhas.

Para o caso do presente estudo, escolheu-se a variável renda domiciliar *per capita* para abordar o problema da pobreza. Sendo assim, utilizaram-se dados da quantidade de domicílios pobres para verificar quem é pobre ou não.

### **3. 2 O que representa a desigualdade de renda**

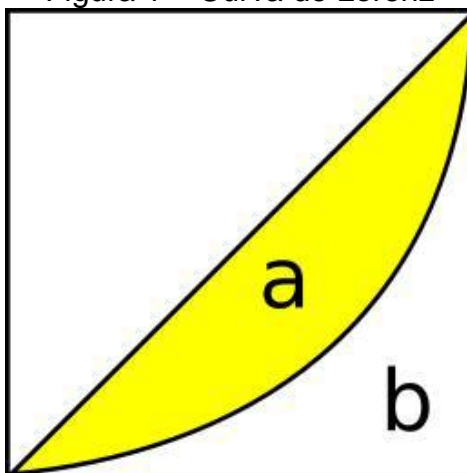
Quando se quer analisar a questão da desigualdade, é preciso conhecer o comportamento de parâmetros que representem esse fenômeno. Com esse intuito, há medidas bastante conhecidas e utilizadas internacionalmente. As mais comuns na literatura são o Coeficiente de Gini e o Índice de Theil, que dão conta de explicar o comportamento da desigualdade de renda nas sociedades investigadas. Cada uma dessas medidas apresenta suas singularidades e, dependendo do objeto de pesquisa, vale a pena ponderar as vantagens e desvantagens de cada uma e escolher a mais apropriada ao estudo proposto.

De acordo com Callado (2011), usualmente, utiliza-se o conceito de renda familiar *per capita* para investigar as disparidades de renda entre indivíduos ou regiões. A família passou a ser utilizada como parâmetro para

mensurar renda familiar *per capita* por causa das grandes diferenças no potencial de captação de renda dentro do eixo familiar. Assim sendo, idosos, crianças e pessoas que necessitem de condições de saúde especiais tendem a possuir pouco ou nenhuma renda e o uso da renda per capita individual que incluiria a renda desses grupos acabaria por distorcer significativamente o conceito de desigualdade de renda.

O autor ainda defende que uma vez definido o conceito de renda *per capita*, pode-se partir para as medidas de desigualdade de renda e para isso é preciso utilizar as medidas de média e de dispersão em torno dessa renda *per capita*. Como a renda *per capita* é uma medida de média aritmética das rendas das famílias dos locais a serem estudados, a medida de dispersão mais utilizada normalmente para medir a distribuição da renda per capita é o índice de Gini ou Coeficiente de Gini, que é calculado com base na curva de Lorenz (ver figura 1), que representa a freqüência da renda acumulada pelas parcelas da população, iniciando pelas camadas mais pobres até as camadas mais ricas.

Figura 1 – Curva de Lorenz



Fonte: Ramos e Mendonça (2005 apud CALLADO, 2011, p.358)

A área da figura que corresponde à área A será tanto maior quanto mais desigual for a distribuição de renda. No caso hipotético da renda está igualmente distribuída entre todas as pessoas a área A seria igual a zero. Sendo assim, o Coeficiente de Gini é representado pela fórmula 1:

$$\text{Coeficiente de Gini} = A / (A + B), \quad (1)$$

Onde  $0 \leq A \leq 1$  E  $0 \leq B \leq 1$ .

Campos e Campos (2008) também explicam o índice de Gini e afirmam que ele é bastante utilizado como medida de desigualdade:

Esta é uma das medidas utilizadas com maior frequência porque permite fazer uma medição da desigualdade entre todos os indivíduos. A construção do Índice de Gini está baseada na curva Lorenz que é uma representação gráfica da forma como se distribui a renda de uma sociedade. A curva de Lorenz representa a proporção acumulada de indivíduos no eixo horizontal, ordenadas de menores para maiores rendas, para comparação com a proporção acumulada de renda no eixo vertical. Assim, encontra-se a proporção da renda correspondente a cada parcela de indivíduos e traça-se com estes pontos, a chamada curva de Lorenz. (CAMPOS; CAMPOS, 2008, p.5).

Apesar de defenderem que uma maior igualdade tem um valor estimado nas sociedades, já que um aumento do parâmetro de desigualdade se reconhece como uma perda do bem-estar, uma vez que aprofundam as diferenças sociais, os autores acima citados reconhecem que as variações na desigualdade não explicam perfeitamente o que acontece com os níveis de renda e bem-estar das pessoas ou das famílias consideradas pobres. Campos e Campos (2008, p.5) exemplificam esse argumento apresentado.

Imagine uma redução no valor do Índice de Gini em decorrência de uma transferência de renda dos mais ricos – decil 10, por exemplo – para a classe média – decil 7. Nesse caso, a desigualdade na distribuição de renda dessa sociedade diminuiria, porém a renda dos mais pobres ficaria intacta: maior igualdade não necessariamente implicaria menor pobreza. Necessita-se, então, apresentar indicadores específicos que permitam avaliar as condições de vida das famílias com menores rendas. (CAMPOS; CAMPOS, 2008, p.5).

Hoffman (1991) expõe que as medidas de desigualdade mais usadas são o Índice de Gini e as proporções da renda total apropriadas por alguns grupos da população, como os 50% mais pobres ou 10% mais ricos, as quais estão diretamente associadas à curva de Lorenz, contudo defende a superioridade do índice de Gini para certas análises:

O índice de Gini é uma medida melhor, pois é afetado por modificações ao longo de toda a curva de Lorenz, ao passo que o valor do 50- ou do 10+ corresponde à posição de um único ponto dessa curva. A superioridade do índice de Gini também pode ser constatada lembrando .que, entre as medidas mencionadas, apenas ele obedece à condição de Pigou-Dalton, que estabelece que o valor de uma medida de desigualdade deve aumentar sempre que for feita uma transferência regressiva de renda (transferência de renda de

uma pessoa para outra que já é mais rica). Uma medida como a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos (10+) não obedece à condição de Pigou-Dalton pois não é afetada por transferências entre pessoas que estejam e permaneçam abaixo do 9º decil (ou entre pessoas que estejam e permaneçam acima do 9º decil). (HOFFMAN, 1991, p.2).

Apesar de ressaltar as vantagens de se utilizar o Índice de Gini, Hoffman (1991) também lembra que ele pode não ser tão eficiente se a população for dividida em grupos, segundo a região em que moram, o setor em que trabalham ou a instituição em que estudam, por exemplo. Para esses casos, seria mais eficaz lançar mão do Índice de Theil, o qual permite decompor a desigualdade total em uma parte referente às diferenças entre grupos e uma parte correspondente à desigualdade dentro dos grupos escolhidos.

Ramos e Vieira (2001) representaram o Índice T de Theil através da seguinte cálculo (fórmula 2):

$$T = \sum_g \alpha_g \beta_g \ln \alpha_g + \sum_g \alpha_g \beta_g T_g \quad (2)$$

Onde o primeiro termo se refere à desigualdade entre grupos e o segundo à desigualdade intragrupos.

Ainda de acordo com os autores supracitados, é importante observar que o produto  $\alpha \beta$ , que estabelece a base de ponderação das desigualdades internas, corresponde justamente à participação de cada grupo na renda total, de forma que o seu somatório ao longo dos  $G$  grupos é 1.

Vários estudos utilizam esse parâmetro para representar desigualdade. Marinho, Soares e Benegas (2004) fazem uso do Índice T de Theil porque objetivavam mensurar a desigualdade de renda média inter-regional e intra-regional.

Portanto, ao analisar as medidas de desigualdade de renda mais usuais, o que se percebe é que o Índice de Gini é mais apropriado para o estudo de que se trata esse trabalho de monografia, por conseguir incorporar as rendas nulas e compreender variações ao longo de toda a curva de Lorenz, o que contempla de forma eficaz a análise do objeto de estudo proposto.

## **4 ANALISANDO OS DADOS EMPÍRICOS**

### **4.1 Tipologia da pesquisa**

Este estudo pode ser considerado, quanto aos objetivos, descritivo e explicativo, isso porque se utiliza de uma análise de dados sobre as variáveis que representam pobreza, crescimento e desigualdade nos anos de 1995 até 2012 e explicita como essa relação se deu.

Quanto aos procedimentos, é também um estudo bibliográfico, já que toma por referência uma vasta literatura na área e se fundamenta em estudos recentes sobre a temática.

Finalmente, quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa pode ser interpretada como quantitativa, uma vez que se utilizam os conhecimentos fornecidos pela Econometria e de instrumentos estatísticos, os quais permitem a mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a pobreza e a desigualdade.

### **4.2 Coleta de dados e especificação das variáveis**

Os dados utilizados na referida investigação são de natureza secundários, os quais estão disponíveis através de base de dados consolidadas nos órgãos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O período da análise vai de 1995 a 2012. Hoffman (2006) defende que o ano de 1995 é coerente para realizar estudos, já que haveria uma dificuldade associadas ao deflacionamento e valores que envolveriam uma mudança de unidade monetária, caso fossem considerados os anos 1993 e 1994.

Para representar Crescimento Econômico, escolheu-se a variável PIB (Produto Interno Bruto) desinflacionado, ou seja, a preços de 2013, com a intenção de retirar os efeitos sazonais de uma elevação dos preços correntes que possam mascarar as verdadeiras variações do PIB ocorridas no período. Desse modo, utilizaram-se dados anuais dessa variável referentes ao período que vai de 1995 a 2012, obtidos na base IPEADATA. Para efeito de cálculo, considerou-se o logaritmo dessa variável.

Escolheu-se também a variável Índice de Gini para representar Desigualdade de renda. Para essa variável também foram captadas

informações de 1995 a 2012, obtidas na base IPEADATA. Para efeito de cálculo, considerou-se também o logaritmo dessa variável.

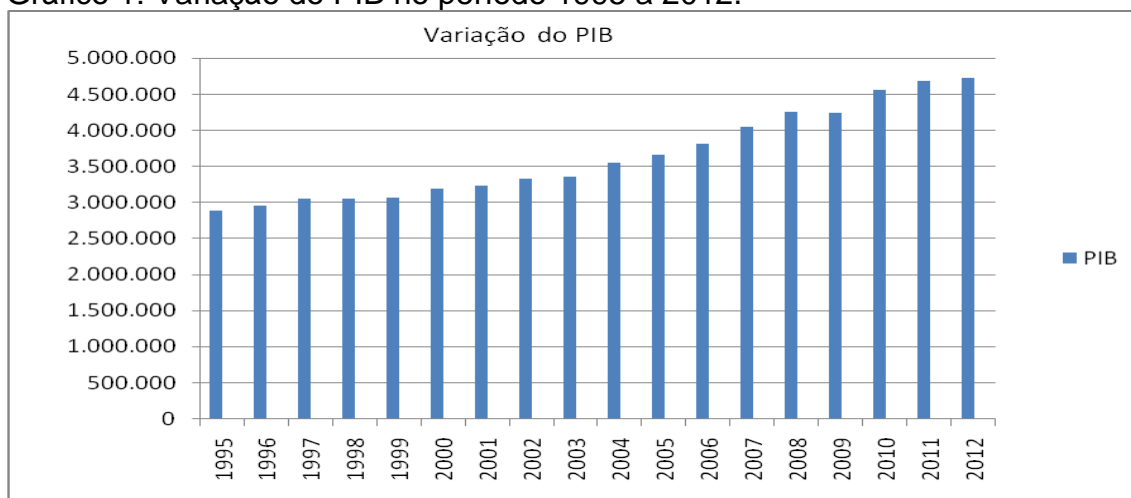
Já para a medida absoluta de pobreza fornecida pelo IPEA, foi utilizado o parâmetro Quantidade de Domicílios Pobres, ou seja, a quantidade de domicílios que têm renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza. Para a construção dessa variável, o IPEA usou os dados de renda domiciliar *per capita*, os quais fazem parte dos resultados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios), pesquisa realizada anualmente pelo IBGE. Para efeito de cálculo, igualmente se considerou o logaritmo dessa variável.

Vale lembrar que a linha de pobreza estabelecida pelo IPEA, utilizando os dados da PNAD, é baseada em uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com um mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, de acordo com recomendações da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e da OMS (Organização Mundial da Saúde). Os valores estabelecidos, nesse caso, são diferentes para 24 regiões do Brasil, compreendendo áreas metropolitanas, rurais e urbanas.

### 4.3 Comportamento das variáveis

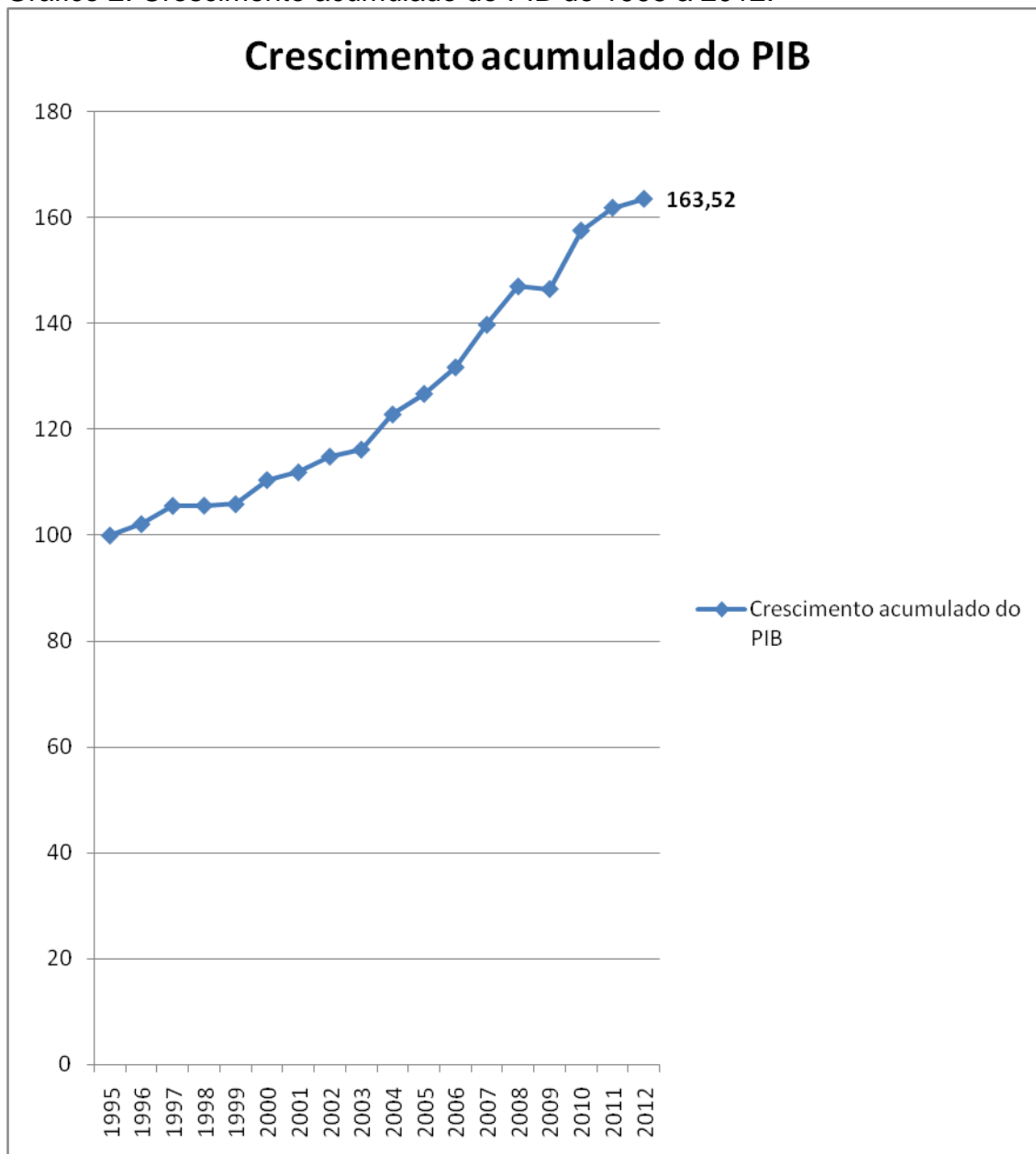
Ao fixar 1995 como ano base para a investigação empírica da variável PIB, descobriu-se que o Brasil contemplou um crescimento acumulado de 63,6% até 2012. É possível verificar isso através dos dois gráficos abaixo, os quais comprovam tal argumento.

Gráfico 1: Variação do PIB no período 1995 a 2012.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo IPEA.

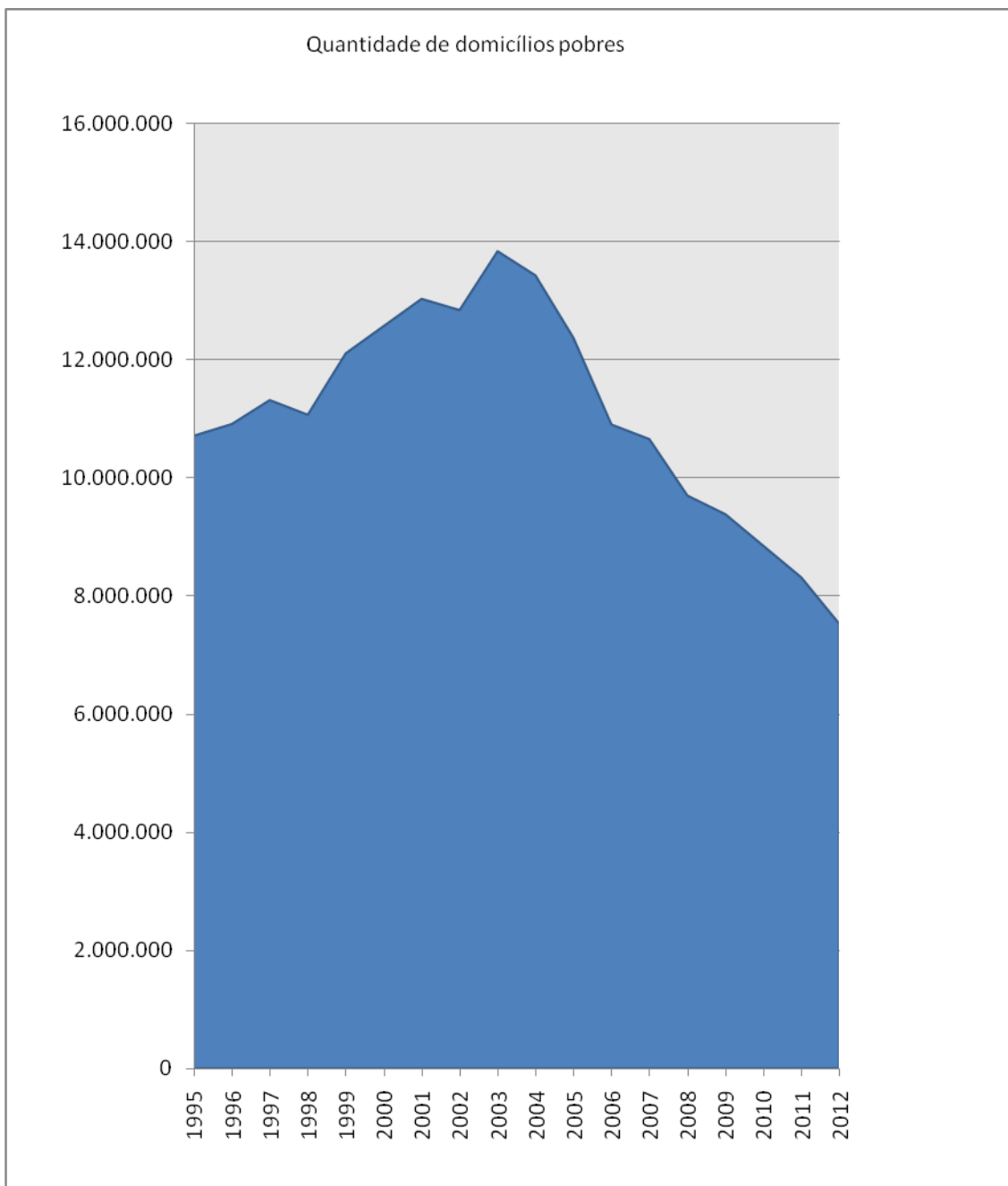
Gráfico 2: Crescimento acumulado do PIB de 1995 a 2012.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo IPEA.

Já com relação à quantidade de domicílios pobres, verificou-se uma queda de, em média, 30% entre os anos de 1995 a 2012. Comprovando essa informação, segue abaixo o gráfico 3.

Gráfico 3: Quantidade de domicílios pobres no período 1995 a 2012.

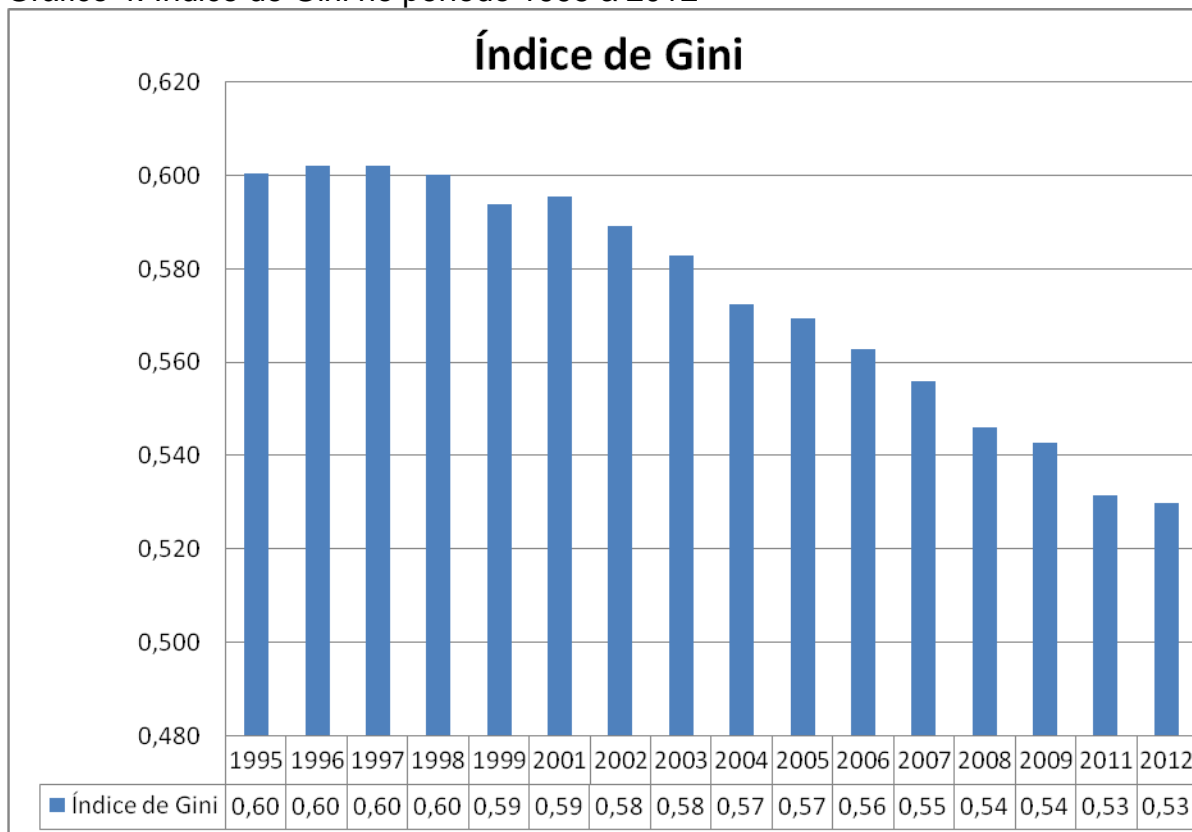


Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo IPEA.

Em relação ao Índice de Gini, o que se observou foi que houve uma pequena queda nessa medida de desigualdade, considerando os anos de 1995 a 2012. Nesse período, contemplou-se uma redução de, aproximadamente, 12%. O gráfico abaixo compreende tal variação.



Gráfico 4: Índice de Gini no período 1995 a 2012



Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo IPEA.

O que se conclui a partir de então é que o crescimento econômico teve um comportamento razoavelmente favorável no período, conseguindo reduzir pobreza e desigualdade.

#### 4.4 Tratamento e Análise dos dados

Depois de coletar os dados referentes à pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda, utilizaram-se procedimentos econométricos e estatísticos para inferir sobre o objeto de pesquisa proposto. O estudo se propôs a realizar inferências sobre dois modelos econométricos a seguir:

$$\mathbf{Pob} = \alpha + \beta \mathbf{PIB} + \epsilon \quad (3)$$

$$\mathbf{Des} = \alpha + \beta \mathbf{PIB} + \epsilon \quad (4)$$

Ambos os modelos têm como variável explicativa o crescimento econômico, aqui expresso pelo PIB, e as variáveis explicadas ou determinadas, que são, respectivamente, a pobreza, expressa pela quantidade de domicílios pobres, e a desigualdade de renda, representado pelo índice de gini. O que se quer com isso é analisar o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza e as disparidades de renda.

#### 4.5 Resultados da Análise Empírica

Através da estimação através do método de Mínimos Quadrados Ordinários e utilizando o programa Eviews para estimar os modelos propostos, foi possível concluir que o impacto do crescimento econômico é maior sobre a quantidade de domicílios pobres, ou seja, os domicílios com renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza do que sobre a medida de desigualdade. Seguem abaixo as tabelas com os resultados das equações.

Tabela 4: Resultados empíricos considerando como variável dependente a quantidade de domicílios pobres e a variável explicativa o PIB.

Variável dependente: Log de Domicílios Pobres
Modelo estimado: $\text{LOG}(\text{DOMPOBRES}) = C(1) + C(2) \cdot \text{LOG}(\text{PIB})$
Método aplicado: M.Q.O (Mínimos Quadrados Ordinários)
Período amostral: 1995 a 2012
Número de observações: 18
Valor dos coeficientes: $c(1) = 2.752.675$ ; $c(2) = -0,74948$
P-valor dos coeficientes: $c(1)$ : 0,0000; $c(2)$ : 0,0006.
$R^2 = 0,5352$
$R^2$ ajustado = 0,5061

Fonte: cálculos realizados pela autora, através do software Eviews, com base em dados secundários disponibilizados pelo IBGE e IPEA.

Tabela 5: Resultados tendo como variável dependente o Índice de Gini e a variável explicativa o PIB

Variável dependente: Log do Índice de Gini
Modelo estimado: $\text{LOG}(\text{Gini}) = C(1) + C(2) \cdot \text{LOG}(\text{PIB})$
Método aplicado: M.Q.O (Mínimos Quadrados Ordinários)
Período amostral: 1995 a 2012
Número de observações: 18
Valor dos coeficientes: $c(1) = 3.620.161$ ; $c(2) = -0,276789$
P-valor dos coeficientes: $c(1)$ : 0,0000; $c(2)$ : 0,0000.
$R^2 = 0,9853$
$R^2$ ajustado = 0,9844

Fonte: cálculos realizados pela autora, através do software Eviews, com base em dados secundários disponibilizados pelo IBGE e IPEA.

Estimou-se ambas as equações através do Método de Mínimos Quadrados Ordinários (M.Q.O), o qual, segundo Gujarati (2000, p.42) é “um dos mais poderosos e populares métodos de análise de regressão”.

Pelos resultados apresentados anteriormente, pode-se afirmar que, em ambos os casos, a variável explicativa, nesse caso, o PIB, são importantes para explicar pobreza e desigualdade para um nível de significância de 95%. Os sinais negativos dos coeficientes também foram de acordo com o que se esperava, ou seja, o crescimento econômico consegue reduzir pobreza e desigualdade.

Sendo assim, pode-se afirmar que um aumento de 1 ponto percentual no PIB tende a provocar uma redução de, aproximadamente, 0,74% na quantidade de domicílios pobres.

Também se pode inferir que um aumento de 1 ponto percentual no PIB tende a reduzir o Índice de Gini, em média, em 0,3%.

Quanto ao coeficiente de determinação  $r^2$ , verificou-se que os valores encontrados para os modelos foram, respectivamente 0.5352 e 0.9853. Isso

indica que 53,5% da redução da quantidade de domicílios pobres é explicada pelo crescimento do PIB. Além disso, 98,5% da queda no índice de gini pode ser atribuída ao crescimento do PIB.

Em outras palavras, a inferência que se faz é que o Crescimento Econômico é mais eficaz para reduzir pobreza do que desigualdade. Isso ratifica a literatura discutida anteriormente.

Apesar das relações entre as variáveis contemplarem a literatura consultada, pode-se encontrar falhas nos modelos propostos. Isso porque o número de observações é bastante pequeno para conseguir-se uma análise precisa dos fenômenos investigados. O ideal é que se utilizasse uma quantidade bem maior de dados para realizar o procedimento econométrico, contudo isso não foi realizado por conta de que observações referentes a anos anteriores a 1995 são de difícil inferência, já que compreende um período em que o cenário macroeconômico era bastante instável, com altas taxas e inflação e mudanças de unidade monetária.

Não só isso, mas também se encontra um problema chamado pela Econometria de Regressão espúria, ou seja, nesse caso, não se sabe, certamente, se é a variável explicativa que é responsável pela mudança na variável dependente ou se ocorre o contrário.

Além disso, observa-se que seria necessária a introdução de uma variável dummy para dar conta das quebras existentes no comportamento das variáveis em questão.

## **5 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

### **5.1 O que se conclui a partir dessa investigação**

Um dos aspectos que se buscou averiguar nesse trabalho foi a relação entre os fenômenos de crescimento e desenvolvimento econômicos, os quais não são sinônimos e representam evoluções, quase nunca, harmônicas.

Simplificando o complexo conceito de desenvolvimento econômico e entendendo-o como, prioritariamente, promotor de redução de pobreza e desigualdade, verificou-se que o crescimento econômico verificado no Brasil no período estudado proporcionou um processo de desenvolvimento, porém ainda tímido.

Em outras palavras, o crescimento econômico conseguiu reduzir pobreza e desigualdade. Nesse sentido, pode-se dizer que o crescimento econômico brasileiro nos anos 1995 a 2012 foi pró-pobre.

Apesar do avanço citado, o impacto do crescimento econômico foi mais significativo sobre os índices de pobreza que sobre os de desigualdade. Isso quer dizer, a redução da pobreza verificada foi bem maior que a queda da desigualdade observada a partir de incrementos no PIB.

Como já previa a literatura consultada e especificada anteriormente, o crescimento econômico, por si só, não foi capaz de melhorar expressivamente o quadro de desigualdade, uma vez que, como ressalta Barreto (2005), quando se verifica que os países são ricos e desiguais, seria coerente a adoção de medidas que estimulem crescimento econômico juntamente com estratégias que promovam a redução da desigualdade.

### **5.2 A necessidade de Investimentos em Capital Humano**

Quando se investiga os itens que compõe a renda dos indivíduos de uma sociedade, é notória a participação dos salários, os quais são provenientes do fator trabalho. Principalmente, quando se analisa as populações menos abastardas, a noção que se tem é que essa é muitas vezes a única fonte de renda da família. Callado (2001, p.356) ratifica essa ideia nos seguintes trechos:

Em uma Economia de Mercado, os indivíduos recebem Renda de acordo com a dotação inicial de ativos a sua disposição. A Renda

pode ser dividida portanto pela posse dos fatores Capital, Trabalho e Recursos Naturais. Para efeito de análise, considera-se que o fator Capital engloba tanto Capital quanto Recursos Naturais. A posse de Capital gera como Renda lucros, juros e aluguéis, enquanto que a posse do fator trabalho gera como Renda apenas os salários.

Segundo o IPEA (2006) apenas 3% dos adultos da população brasileira tem Renda proveniente de ativos de Capital. A principal fonte de Renda da população provém do trabalho e das transferências. A consequência disso é que as políticas públicas de fomento à educação e à aquisição de habilidades para o trabalho por um lado; e as transferências de fundos públicos (não apenas pelo lado das despesas, mas também pelo lado das receitas) por outro lado representam a forma mais efetiva do Estado de influenciar a distribuição de Renda. A criação e manutenção de um sistema tributário é um ponto crucial no processo de distribuição de Renda (ALÉM e GIAMBIAGI, 2001). No que diz respeito aos aspectos da eficiência econômica, a aplicação de impostos em determinados setores e sob a responsabilidade de certos entes da federação pode fomentar ou reprimir a eficiência econômica.

O que se verifica a partir do estudo realizado é que, em primeiro lugar, há uma forte desigualdade de rendimentos, principalmente, no que tange os rendimentos trabalhistas, o que precisa ser resolvido mediante investimentos em Capital Humano. Ou seja, aqui se identifica que os maiores rendimentos são auferidos pelos trabalhadores mais capacitados e, portanto, com produtividade maior. É o que Neri (2006, p.16) reforça em seu exposto seguinte: “Agora, do ponto de vista econômico, há maior pressão sobre as rendas dos mais qualificados, o que pressiona a desigualdade de rendimentos trabalhistas para cima.”

Dadas as constatações empíricas, cada vez mais, os anos de estudos são importantes para explicar pobreza e desigualdade. Além disso, a tendência do mercado é que os indivíduos precisem estar crescentemente qualificados para assumir os postos de trabalho. Constata isso, Schwartzman(2006, p.8): “Em 1992, bastavam, 7 a 8 anos de educação para obter uma renda correspondente à média do país. Em 1998, eram necessários 9 anos; e, em 2004, mais de 10 anos.”

É por isso que Corrêa e Castro (2000, p.204) afirmam:

Dessa forma, a educação constitui um importante indicador da desigualdade de rendimentos, não explicitamente como um caráter gerador, mas sim reprodutor e, por conseguinte, perpetuador da desigualdade.

É inegável que o aspecto do capital físico é de suma importância para o crescimento econômico do país, entretanto não se pode deixar de investir fortemente no capital humano, o qual tende a promover não só crescimento econômico, mas também estágios favoráveis de desenvolvimento econômico, com respectivas reduções de pobreza e disparidades de renda.

Reforçando essa idéia é que Ferreira e Veloso (2013, p.157) avaliam:

Pobreza e distribuição de renda, por exemplo, estão ligadas diretamente à educação. A acirrada competição pela limitada força de trabalho com maior escolaridade provocou forte elevação de seus salários em relação aos demais trabalhadores.

A partir da construção dessa linha teórica, Corrêa e Castro (2000, p.206) concluem: “Assim, os reduzidos investimentos em educação têm-se revelado um dos “pontos de estrangulamento” do desenvolvimento humano no Brasil, tanto sob o aspecto de crescimento econômico quanto de redução da pobreza.”

Corroboram com os argumentos apresentados por Langoni: “Os estudos documentaram os elevados retornos da educação para o Brasil. Em particular, Langoni mostrou que o investimento em educação era a forma mais eficiente de elevar a taxa de crescimento da economia.” (LANGONI, 2005 *apud* FILHO; PESSÔA, 2013, p.219).

### **5.3 Políticas de redistribuição de renda precisam de medidas complementares**

Os programas que tem por objetivo promover distribuição de renda têm impacto positivo na redução de pobreza e desigualdade de renda, no entanto eles precisam de políticas complementares, para que seus efeitos sejam mais eficientes e sustentáveis a longo prazo.

Marinho, Linhares e Campelo (2011, p.270) defendem:

Em geral supõe-se que os programas assistenciais do governo à população carente são geradores de maior impacto distributivo e melhor focalizadores da população mais necessitada, apesar das evidências empíricas mostrarem que nem sempre isso ocorre. O ideal seria que tais programas viessem seguidos de cursos de capacitação, com o intuito de romper futuramente o círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo.

Ainda segundo os autores acima citados, O IPEA defende que o surgimento de programas federais de transferência de renda foi uma das mais

salutares inovações acontecidas na política social brasileira na última década. No intuito de garantir uma renda mínima à população considerada pobre, tais programas contemplam, especialmente, as famílias que possuem membros adultos em idade ativa e que participam ou desejam participar do mercado de trabalho. Nesse sentido, em 2004, foi estabelecido um programa unificado de transferência de renda, o qual se denominou Bolsa Família.

Schwartzman (2006) explica que o Programa Bolsa-Família do Governo Federal considera uma renda familiar per capita de R\$ 100, 00 como condição para se fazer parte dos beneficiários do programa, sendo assim, a linha de indigência é tida, muito provavelmente, como a metade dessa linha de pobreza.

Acrescentando o exposto, Rocha conclui que os programas de transferência de renda conseguiram reduzir pobreza e miséria:

Conforme Rocha (2004, 2006) houve um aumento de cobertura dos programas de transferência de renda no Brasil, mesmo com eventuais problemas de focalização, que vem sendo integrados paulatinamente ao Bolsa-Família. Verificou que essas transferências, contribuíram para a redução da pobreza e da indigência. (ROCHA, 2004, 2006 *apud* MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p.271).

Schwartzman (2006, p.18) constatou em seus estudos que a pobreza e desigualdade social têm-se reduzido nos últimos anos, e os programas de transferência têm seu papel importante, porém ainda há problemas nas suas aplicações:

As políticas de transferência de renda têm tido algum impacto nestas modificações, mas limitado, tanto pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, e, além disto, a outras cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD. Uma política que fosse capaz de redistribuir melhor os gastos públicos em aposentadorias e pensões poderia contribuir muito mais para a redução da desigualdade de renda no país do que as políticas compensatórias implementadas atualmente.

Ainda no estudo acima citado, o referido autor, apesar da crítica feita anteriormente, considera aspectos positivos na implantação de Programas de Transferência de renda, como a questão das condicionalidades, diga-se freqüência das crianças à escola, atendimento das famílias aos centros de saúde pública e outras exigências. Isso seria significativo, dado que as



transferências de dinheiro, a médio e longo prazo, tenderiam a fazer com que as pessoas deixassem de depender destes recursos. Porém, não há provas que essas condições estejam sendo implementadas, uma vez que não há motivos para acreditar que políticas que procurem alterar as ações do dia-a-dia dos indivíduos possam ser comandadas pelo governo federal, dada a relação direta com as famílias. Nesse quadro, o Governo Federal tem como redistribuir recursos e estabelecer sistemas universais de incentivo, todavia possui insuficiente capacidade de gerenciar ações de nível local. Como exemplo, Schwartzman (2005 *apud* SCHWARTZMAN, 2006, p.19) avalia o programa Bolsa-Escola:

De fato, as evidências disponíveis sobre o programa bolsa-escola mostram que se trata de um programa muito pouco efetivo do ponto de vista educacional, não só pela má focalização (Schwartzman, 2005), como também pela impossibilidade de controlar efetivamente sua condicionalidade mínima, que é o controle de frequência à escola. Os recursos a ele destinados teriam tido maior impacto se fossem utilizados para fortalecer as escolas e seus vínculos locais e diretos com as comunidades das quais participam. Programas específicos que apóiam ações descentralizadas de governos estaduais, municipais e da comunidade, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, parecem ser muito mais bem sucedidos do que programas genéricos como o da bolsa família. É um tema que precisa ser aprofundado.

Em suma, os Programas de transferência de renda foram importantes para explicar a queda nos índices de pobreza e desigualdade de renda, logo, são políticas que devem fazer parte da agenda pública, entretanto precisam ser implementadas mediante ações complementares no intuito de serem mais eficazes e efetivas.

#### **5.4 A importância do Crescimento Econômico**

Como a literatura já previa, esse trabalho concluiu que o crescimento econômico brasileiro no período estudado conseguiu reduzir pobreza e desigualdade. Nesse sentido, é importante que os agentes públicos desenvolvam planos que consigam promover tal crescimento.

Ações como aumentar os investimentos, fortalecer as instituições e manter uma conjuntura macroeconômica favorável seriam possíveis atitudes

viáveis para futuros e contínuos incrementos no produto, melhorando, por sua vez, os quadros de pobreza e disparidade de renda.

### **5.5 Proposta de Continuação do estudo**

Diante de todos os pontos estratégicos relatados, sugiro que esse estudo possa ter continuidade a partir de uma análise regional, a qual daria uma ótica mais detalhada e aprofundada do objeto de estudo, dadas as diversidades de um país continental como é o caso do Brasil.

Nesse sentido, o interesse maior seria verificar o impacto do Crescimento Econômico sobre a Pobreza e Desigualdade de renda, considerando as regiões e estados do País, isso porque cada um desses locais tem suas peculiaridades, seus processos de desenvolvimento e suas problemáticas, os quais, muitas vezes, são aspectos distintos e alvos de políticas econômicas diferenciadas e localizadas.

Vale ressaltar que o estudo que se está propondo a fim de dar continuidade a presente pesquisa também teria de levar em consideração políticas de desenvolvimento regional, o que perpassa questões relacionadas ao Federalismo, ao Sistema Tributário, apontando também evoluções ou possíveis retrocessos ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Educação e Desenvolvimento no Brasil. *In: \_\_\_\_\_*. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra**: uma perspectiva brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 7, p. 211-235.
- BARRETO, Flávio Ataliba. Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que Sabemos Sobre Eles? **Ensaio Sobre Pobreza**, v.01, p.1-18, dez.2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 800, p. 01-24, jun. 2001.
- BARROS, Ricardo Paes *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v.1258, p. 01-26, jan.2007.
- BEDDOES, Zanny Minton. Na riqueza e na pobreza. **The Economist**, p. 42-45, out.2012.
- CALLADO, M.C. Federalismo Fiscal: os efeitos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) na distribuição da renda inter-regional e interpessoal no Nordeste brasileiro. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORDESTE BRASILEIRO E A BAIXA CALIFÓRNA, MÉXICO*, 1., 2008, Fortaleza. **Anais...** Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2011. p. 355-374.
- CAMPOS, Robério Telmo; CAMPOS, Kilmer Coelho. Análise das medidas de renda, distribuição e pobreza dos municípios da área de influência da barragem Castanhão Ceará. *In: 46th Congress, 46., 2008*, Rio Branco. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/536.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.
- CASTELAR, Pablo Urano de Carvalho; TABOSA, Francisco José Silva; IRFFI, Guilherme Diniz. **Impacto do Crescimento Econômico e da Desigualdade de renda na pobreza do Brasil**. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2013/docs/2013\\_s3\\_mes4\\_impacto\\_crescimento\\_economico\\_desigualdade\\_renda\\_pobreza\\_brasil.pdf](https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2013/docs/2013_s3_mes4_impacto_crescimento_economico_desigualdade_renda_pobreza_brasil.pdf)>. Acesso em: 02. mar. 2014.
- CAVALCANTE, Valberg Barbosa. Um diferencial teórico – Desenvolvimento como Liberdade. 2003. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

CORRÊA, Angela M.C.Jorge; CASTRO, José Marcelo de. Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza. **Revista Impulso**, nº 27, p. 189-212, jan.2000.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de; SILVA JÚNIOR, Julio César Araújo da; JACINTO, Paulo Andrade. **Revista EconomiA**, v. 12, n. 1, p.149–165, jan./abr. 2011.

GUAJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. 2. Edição. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

FERREIRA; VELOSO. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra. *In: \_\_\_\_\_*. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra: uma perspectiva brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 5, p. 129-165.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Bases de dados macroeconômicas e sociais**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

MARINHO; Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaraciane. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, n. 3, p. 267-288, jul./set. 2011.

MANSO, Carlos Alberto; BARRETO, Flávio Ataliba; TEBALDI, Edinaldo. O Desequilíbrio Regional Brasileiro: Novas Perspectivas a Partir das Fontes de Crescimento “Pró-Pobre”. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 3, p.307 a 328, jul./set. 2006.

\_\_\_\_\_; SOARES, Francisco. Impacto do Crescimento Econômico e da Concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: ANPEC, 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/B36.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.*

MARINHO; Emerson; SOARES, Francisco; BENEGAS, Maurício. Desigualdade de renda e Eficiência Técnica na Geração de Bem-estar entre os Estados Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, FGV/EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças, Getulio Vargas Foundation (Brazil), v. 58(4), p. 583-608. out./dez. 2004.

MATIAS, Jonathan de Souza Matias; SALVATO, Márcio Antônio; BARRETO, Flávio Ataliba F. D. Análise da Qualidade do Crescimento Econômico nos Estados Brasileiros de 1995 a 2008: Quão Elásticos São os Indicadores de

Pobreza com Relação ao Crescimento? **Ensaio de Estudos da Pobreza**, v.22, p. 4, jun.2010.

NERI, Marcelo. Desigualdade, Estabilidade e Bem Estar-Social. **Ensaio Econômico**, n. 637, p.1-39, dez.2006.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia. Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. **Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 803, p. 1-17, jun. 2001.

SCHWARTZMAN, Simon, 2006. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 3, p.1-20, fev.2006. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/237324869\\_Reduo\\_da\\_desigualdade\\_da\\_pobreza\\_e\\_os\\_programas\\_de\\_transferencia\\_de\\_renda/file/72e7e528bc64575a3b.pdf](http://www.researchgate.net/publication/237324869_Reduo_da_desigualdade_da_pobreza_e_os_programas_de_transferencia_de_renda/file/72e7e528bc64575a3b.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André Portela. A pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA [PROCEEDINGS OF THE 34TH BRAZILIAN ECONOMICS MEETING], 34. , 2006, Salvador. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

## ANEXOS

## ANEXO A – BASE DE DADOS UTILIZADA NO TRABALHO

Ano	PIB em milhões (Preços de 2013)	Quantidade de Domicílios Pobres	Coefficiente de Gini
1995	2.892.519	10.718.325	0.6005
1996	2.954.723	10.916.988	0.6020
1997	3.054.454	11.322.639	0.6020
1998	3.055.533	11.073.954	0.6001
1999	3.063.297	12.113.358	0.5939
2000	3.195.208	12.575.524	0.5948
2001	3.237.165	13.037.690	0.5956
2002	3.323.212	12.846.805	0.5891
2003	3.361.316	13.844.173	0.5829
2004	3.553.324	13.433.494	0.5724
2005	3.665.598	12.375.755	0.5695
2006	3.810.647	10.909.145	0.5630
2007	4.042.769	10.660.759	0.5560
2008	4.251.845	9.706.286	0.5462
2009	4.237.825	9.390.500	0.5427
2010	4.557.090	8.855.306	0.5371
2011	4.681.626	8.320.112	0.5315
2012	4.729.895	7.535.059	0.5299

Fonte: IPEA.

**ANEXO B – LINHAS DE POBREZA ESTIMADAS PARA CADA REGIÃO (em valores correntes de cada ano)**

Regiões	1995 (em R\$)	1996 (em R\$)	1997 (em R\$)	1998 (em R\$)	1999 (em R\$)	2000	2001 (em R\$)	2002 (em R\$)
Rio de Janeiro - Área Metropolitana	88,07	99,00	103,29	106,47	113,32	-	130,12	143,03
Rio de Janeiro - Área Urbana	74,73	84,00	87,64	90,33	96,15	-	110,40	121,36
Rio de Janeiro - Área Rural	67,26	75,60	78,88	81,30	86,53	-	99,36	109,22
São Paulo - Área Metropolitana	88,61	99,60	103,92	107,11	114,00	-	130,90	143,89
São Paulo - Área Urbana	78,47	88,20	92,02	94,85	100,96	-	115,92	127,42
São Paulo - Área Rural	64,05	72,00	75,12	77,43	82,41	-	94,63	104,02
Porto Alegre - Área Metropolitana	98,22	110,40	115,19	118,73	126,37	-	145,10	159,50
Curitiba - Área Metropolitana	81,13	91,20	95,15	98,08	104,39	-	119,86	131,76
Sul - Área Urbana	77,40	87,00	90,77	93,56	99,58	-	114,34	125,69
Sul - Área Rural	70,46	79,20	82,63	85,17	90,65	-	104,09	114,42
Fortaleza - Área Metropolitana	69,93	78,60	82,01	84,53	89,97	-	103,30	113,55
Recife - Área Metropolitana	91,81	103,20	107,68	110,98	118,12	-	135,64	149,09
Salvador - Área Metropolitana	86,47	97,20	101,42	104,53	111,26	-	127,75	140,43
Nordeste - Área Urbana	79,00	88,80	92,65	95,50	101,64	-	116,71	128,29
Nordeste - Área Rural	70,46	79,20	82,63	85,17	90,65	-	104,09	114,42
Belo Horizonte - Área Metropolitana	68,86	77,40	80,76	83,24	88,59	-	101,73	111,82
Leste - Área Urbana	61,92	69,60	72,62	74,85	79,67	-	91,48	100,55
Leste - Área Rural	52,84	59,40	61,98	63,88	67,99	-	78,07	85,82
Belém - Área Metropolitana	78,47	88,20	92,02	94,85	100,96	-	115,92	127,42
Norte - Área Urbana	81,13	91,20	95,15	98,08	104,39	-	119,86	131,76
Norte - Área Rural	70,99	79,80	83,26	85,82	91,34	-	104,88	115,29
Distrito Federal - Área Metropolitana	76,33	85,80	89,52	92,27	98,21	-	112,77	123,96
Centro-Oeste - Área Urbana	65,66	73,80	77,00	79,37	84,47	-	97,00	106,62
Centro-Oeste - Área Rural	57,65	64,80	67,61	69,69	74,17	-	85,17	93,62

Nota: As regiões denominadas urbanas excluem as áreas metropolitanas consideradas como regiões específicas. A região denominada Leste refere-se a Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: IPEA.

Regiões	2003 (em R\$)	2004 (em R\$)	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	2007 (em R\$)	2008 (em R\$)	2009 (em R\$)
Rio de Janeiro - Área Metropolitana	167,09	176,85	186,06	191,25	200,52	214,86	224,12
Rio de Janeiro - Área Urbana	141,78	150,05	157,87	162,27	170,14	182,30	190,16
Rio de Janeiro - Área Rural	127,60	135,05	142,08	146,04	153,12	164,07	171,14
São Paulo - Área Metropolitana	168,11	177,92	187,19	192,41	201,73	216,16	225,48
São Paulo - Área Urbana	148,87	157,56	165,76	170,38	178,64	191,42	199,67
São Paulo - Área Rural	121,52	128,62	135,32	139,09	145,83	156,26	163,00
Porto Alegre - Área Metropolitana	186,34	197,21	207,49	213,27	223,61	239,60	249,93
Curitiba - Área Metropolitana	153,93	162,92	171,40	176,18	184,72	197,93	206,46
Sul - Área Urbana	146,84	155,41	163,51	168,07	176,21	188,81	196,95
Sul - Área Rural	133,68	141,48	148,85	153,00	160,42	171,88	179,29
Fortaleza - Área Metropolitana	132,66	140,41	147,72	151,84	159,20	170,58	177,94
Recife - Área Metropolitana	174,18	184,35	193,95	199,36	209,03	223,97	233,63
Salvador - Área Metropolitana	164,06	173,63	182,68	187,77	196,87	210,95	220,04
Nordeste - Área Urbana	149,88	158,63	166,89	171,54	179,86	192,72	201,03
Nordeste - Área Rural	133,68	141,48	148,85	153,00	160,42	171,88	179,29
Belo Horizonte - Área Metropolitana	130,64	138,26	145,47	149,52	156,77	167,98	175,22
Leste - Área Urbana	117,47	124,33	130,81	134,45	140,97	151,05	157,56
Leste - Área Rural	100,26	106,11	111,64	114,75	120,31	128,91	134,47
Belém - Área Metropolitana	148,87	157,56	165,76	170,38	178,64	191,42	199,67
Norte - Área Urbana	153,93	162,92	171,40	176,18	184,72	197,93	206,46
Norte - Área Rural	134,69	142,55	149,98	154,16	161,63	173,19	180,65
Distrito Federal - Área Metropolitana	144,82	153,27	161,25	165,75	173,78	186,21	194,24
Centro-Oeste - Área Urbana	124,56	131,83	138,70	142,57	149,48	160,17	167,07
Centro-Oeste - Área Rural	109,37	115,76	121,79	125,18	131,25	140,63	146,70

Nota: As regiões denominadas urbanas excluem as áreas metropolitanas consideradas como regiões específicas. A região denominada Leste refere-se a Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: IPEA.